



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 638318 - PB (2021/0000641-6)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : GILSON DE BRITO LIRA**  
**ADVOGADO : GILSON DE BRITO LIRA - PB007830**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**PACIENTE : ADERINALDO SILVA FREIRE (PRESO)**  
**CORRÉU : CAROLINE KELLY DA SILVA**  
**CORRÉU : SAMUEL MARIANO DA SILVA**  
**CORRÉU : PAULO VICTOR SOUSA DA SILVA**  
**CORRÉU : EMERSON GOMES DA SILVA**  
**CORRÉU : WANDERSON SOUZA DA SILVA**  
**CORRÉU : IGOR BATISTA DOS SANTOS**  
**CORRÉU : DENILSON DA SILVA LIMA**  
**CORRÉU : DERIVAN SILVA DE LIMA**  
**CORRÉU : VALTER FERREIRA DE SANTANA FILHO**  
**CORRÉU : VALMIR DIAS DE SANTANA**  
**CORRÉU : GLEYBSON PAULO DA SILVA GOMES**  
**CORRÉU : ELIABE BALBINO QUARESMA**  
**CORRÉU : ANDERSON ARAUJO DOS SANTOS**  
**CORRÉU : ERIVAN PAULO DA SILVA**  
**CORRÉU : NILSON HAYAN SILVA DE QUEIROZ**  
**CORRÉU : MARIA DA PENHA DA SILVA**  
**CORRÉU : CARDIVANDO ANTONIO DA SILVA**  
**CORRÉU : ALEF DOMINGOS SOARES**  
**CORRÉU : ANA CAROLINE FERNANDES CABRAL**  
**CORRÉU : VILSON FELIX DOS SANTOS**  
**CORRÉU : CELIO LUIS MARINHO SOARES**  
**CORRÉU : WELINGTON JOSE DE ARAUJO**  
**CORRÉU : ROBSON FERREIRA DA SILVA**  
**CORRÉU : CARLOS TOVAR TENORIO DE VASCONCELOS NETO**  
**CORRÉU : LEANDRO CLEYTON DA SILVA**  
**CORRÉU : DAMAZIO PERGENTINO DOS SANTOS**  
**CORRÉU : SEVERINO RAMOS DA SILVA**  
**CORRÉU : GILBERTO CAVALCANTE DE BARROS**  
**CORRÉU : GLEYDSON DE ALBUQUERQUE SOUSA**  
**CORRÉU : WANDERLEY BERNARDO DE FREITAS**  
**CORRÉU : JOSE RAFAEL DE SANTANA DA SILVA**  
**CORRÉU : ROSIANE MENDONCA DE OLIVEIRA**

CORRÉU : PEDRO DO NASCIMENTO PEREIRA  
CORRÉU : HYURI PONTES DO NASCIMENTO  
CORRÉU : WESLEY ARCELINO FERREIRA  
CORRÉU : ADRIANO JOAO DA SILVA  
CORRÉU : DEVID DE AMORIM BATISTA  
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

## DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ADERINALDO SILVA FREIRE em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA (HC n. 0808456-14.2020.815.0000).

O paciente foi preso preventivamente em razão de ter mantido contato telefônico, em 2019, com investigado de participar de organização criminosa para o transporte de armamento, o que nem chegou a acontecer.

Sustenta que a decretação da prisão preventiva carece de fundamentação idônea e não preenche os requisitos autorizadores da medida, uma vez que o paciente ostenta condições pessoais favoráveis, integra o grupo de risco do novo coronavírus e não há contemporaneidade que justifique a segregação cautelar.

Requer, liminarmente, o relaxamento da prisão preventiva ou a concessão de prisão domiciliar. No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão. O desembargador relator justificou, de forma fundamentada, a necessidade de manutenção da prisão preventiva contra o paciente (fls. 262-263):

[...]

Ao que se vê, contrariamente a tese defensiva ora ventilada nos autos, a decisão se encontra sub judice suficientemente fundamentada cujo teor se extrai as motivações que levaram a colocação dos paciente no cárcere, razão pela qual não há que se falar em ausência dos requisitos da prisão preventiva, já que a medida é justificada com argumentos concretos de sua necessidade (periculosidade dos agentes ante o modus operandi e gravidade do delito, bem como a propensão à reiteração delitiva).

(...)

Ressalte-se, ainda, que as condições pessoais favoráveis não são suficientes para justificar a revogação da preventiva, pois há, nos autos, elementos suficientes a demonstrar a necessidade da constrição cautelar do acusado.

[...]

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à Covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento onde está segregado do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a ilegalidade da decisão atacada, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fl. 263):

[...]

A alegação de omissão do magistrado de piso em relação ao não procede, pedido de prisão domiciliar, pois, pelo excerto acima transcrito, observa-se que o juízo pontuou não correr risco o custodiado, pois as medidas sanitárias para evitar a contaminação de presos foram tomadas por todo o complexo de órgãos responsável pela saúde, especialmente, Ministério da Saúde, Secretarias Estadual e Municipal de Saúde, com as devidas medidas preventivas.

Outrossim, da análise dos autos, vê-se que o paciente não comprovou a alegada debilidade em seu estado de saúde (falta de ar) capaz de ensejar a pronta revogação do decreto cautelar. Não é demais ressaltar que a Pandemia, por si só, não é fundamento suficiente para revogação indiscriminada de preventivas devidamente fundamentadas.

[...]

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente